



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>300541</u>
Classificação <u>05/03/02</u>
Data <u>09/03/03</u>

<input type="checkbox"/>	REQUERIMENTO	Número _____ / x (___ª)
<input checked="" type="checkbox"/>	PERGUNTA	Número <u>1492</u> / x (<u>4</u> ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>05 / 03 / 2009</u>
O Secretário da Mesa <i>Rosário Dias</i>

Assunto: Empresa Espanhola pretende explorar Pedreira na Fronteira de Quintanilha, junto ao Parque Natural de Montesinho

Destinatário: **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**

*Por determinação de SECPAR, à
Sra. Secretária da Mesa*

09.03.09

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

É intenção de uma empresa espanhola de instalar uma pedreira de exploração de quartzo na margem esquerda do rio Maçais, em frente à praia fluvial e parque de merendas do Colado, em Quintanilha.

Segundo a comunicação social regional o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do projecto «**Rio Manzanas**» está já em consulta pública em Espanha, o que pressupõe o adiantado andamento do processo.

Ao que parece trata-se da empresa Hespérica, com sede em León e a exploração da pedreira ocupará uma área de 25 hectares de terreno, localizado mesmo unto ao rio, mesmo em frente ao parque do Colado, a cerca de um quilómetro da Ponte Internacional de Quintanilha.

A população da Freguesia de Quintanilha onde está instalado o Parque e a Praia Fluvial considera que aí foram investidas avultadas verbas e existe boa qualidade ambiental.

Acresce que a jusante as populações de Argozelo e Carção, ambas no concelho de Vimioso, ainda são abastecidas com a água do rio Maçais.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Por outro lado, a zona do Colado, nos limites do Parque Natural de Montesinho faz parte da Rede Natura e, do lado espanhol, muito perto do local para onde está prevista a exploração da pedra, existe uma área considerada histórica devido à existência de um castro, considerado dos mais importantes da Península Ibérica.

Porque poderá estar em causa não só a qualidade ambiental mas também a saúde pública.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. O Governo tem conhecimento do propósito de uma empresa espanhola poder vir a explorar esta pedra?
2. O Governo foi consultado pelo Governo Espanhol dado tratar-se de uma zona de fronteira internacional comum?
3. Qual é a posição do Governo, do Ministério do Ambiente e do ICN sobre este projecto?

Palácio de S. Bento, 3 de Março de 2009

O Deputado,

Agostinho Lopes